

ORGANIZAÇÃO E IDENTIDADE JUVENIL, PRÁTICAS VIOLENTAS E TERRITÓRIO: A NECESSIDADE DE UM OLHAR ESPECIAL PARA O JOVEM

Carolina Morais Simões de Melo

Graduanda em Serviço Social – UFF

caroolmorais@hotmail.com

Resumo

O texto trata da influência do território na organização juvenil e nas práticas violentas. Busca desconstruir o senso comum de que o jovem é violento e se organiza em gangues estruturadas e ligadas à práticas criminosas, tendo como foco os adolescentes infratores de Juiz de Fora. Discute as brigas entre grupos jovens como práticas relacionadas ao sentimento de pertencimento ao território e a não-apropriação da cidade como território conhecido.

Palavras-chave: juventude, gangues, território

Abstract

The text deals with the influence of the territory in the youth organization and in violent practices. It aims to deconstruct the common sense that the young men are violent and organize themselves in structured gangs, linked to criminal activities. We focus our research on young lawbreakers of Juiz de Fora. We discuss the fighting between youth groups and practices related to the feeling of belonging to the territory and the non-appropriation of the city as a home territory.

Keywords: youth, gangs, territory

Introdução

O presente texto surgiu a partir dos resultados da pesquisa realizada pelo Grupo de Pesquisa “Geração, Trabalho e Espaço” da Faculdade de Serviço Social, UFJF. Nessa pesquisa foram analisados os autos de representação do Ministério Público da Vara da Infância e Juventude entre os anos 2006 a 2009, a partir de uma demanda do Conselho Municipal da Criança e do Adolescente, a fim de traçar um perfil dos jovens autores de atos infracionais e, especificamente, o envolvimento destes com substâncias psicoativas.

Foram analisados 989 autos de representação, registrados em um questionário, tendo um total de 1357 adolescentes. Buscou-se saber o perfil desses ado-

lescentes (idade, sexo, bairro de moradia), o perfil dos atos infracionais (local, data e horário de ocorrência, se o jovem estava armado, se estava acompanhado ou sozinho) e os desdobramentos (comparecimento e oitiva no Ministério Público, se nessa situação estava acompanhado de responsável e de advogado de defesa e qual a recomendação proposta pelo promotor). Fez-se também o cruzamento de vários desses dados para entender a dinâmica dos atos infracionais e também um levantamento sobre a presença de drogas, o tipo, e se mantinha alguma relação com o ato infracional.

O corrente trabalho se foca em um dos resultados da pesquisa que diz respeito ao perfil dos atos infracionais cometidos. Analisando esse perfil, encontrou-se o resultado de que 38% dos jovens estavam sozinhos,

42% estavam em grupo e 17% estavam em dupla no momento do ato, sendo os outros 2% de atos que não continham essa informação. Salta aos olhos o número relativamente baixo de adolescentes que cometiam os atos em grupo, apenas 42% do total. Isso porque há no senso comum uma idéia de que os jovens sempre andam em “bandos”, formando gangues perigosas e violentas. Já de início, os dados indicam que essa teoria não representa fielmente a realidade de Juiz de Fora nos últimos anos. Por outro lado, é perceptível a organização presente entre os jovens, sendo muito comum vê-los reunidos em grupos.

A pergunta que se faz, então, é a seguinte: se, ao cometer os atos infracionais, os jovens não estão organizados em gangues, como se dá sua organização, sua identidade enquanto grupo? Como se organizavam aqueles 42%? Que elementos explicam suas formas de identidade, de agrupamento e de práticas violentas?

O seguinte texto buscará responder a essas perguntas, e se deterá nos elementos do território e na condição de jovens pobres. Posteriormente, será feito um resgate da discussão sobre a violência e a inserção e relação desta com o público jovem.

De quem se fala: os Jovens Pobres

Para iniciar o debate a respeito das formas de identidade e de organização da juventude, é necessário entender primeiramente de que público se fala.

A juventude se apresenta de formas diferenciadas de acordo com as condições materiais e culturais e com o território em que se encontra. Além de todos os elementos que o determinam (cultural, econômico, familiar, político), o local de moradia é um fator fundamental na formação da identidade do jovem, pois as áreas empobrecidas trazem as marcas da segregação, e, também, da violência, da criminalidade. Percebe-se que há uma constante luta pela sobrevivência, sem ter o direito ao tempo livre, que constrói a identidade do jovem e possibilita-o de fazer escolhas.

Os jovens pobres possuem restrição de acesso às políticas, aos serviços públicos e à própria cidade, a eles são reservados fragmentos da cidade (MATTO-SO, 2010).

(...) Esses jovens experimentam pouco a cidade e não vivem as inúmeras possibilidades que ela abre. Seu território usado é restrito, pequeno e significativamente localizado no entorno de seus bairros. Confinados em seus bairros ou em bairros de características semelhantes, esses jovens

internalizam e naturalizam sua condição de jovens pobres, inclusive reproduzindo em seus discursos e práticas os mecanismos de desigualdade, distinção e diferenciação a que são submetidos (...) (CASSAB, 2009, p.171).

É possível perceber, inclusive, grande preocupação por parte da segurança pública com a circulação desses jovens pela cidade, já que são vistos como um problema social, principalmente o jovem pobre. Dessa forma, quando ele tem a oportunidade de transitar pela cidade, é rotulado, destacado pelas suas diferenças. Nas políticas públicas para a juventude, também é perceptível o foco no controle, na disciplina, na produção de mão de obra barata.

Há ainda uma característica peculiar do período da juventude relacionado ao mundo do trabalho. Cada vez mais cedo os jovens estão tendo que buscar o mercado de trabalho, porém isso não é geral, é exatamente o jovem da classe trabalhadora que precisa contribuir para os rendimentos da família e, muitas vezes, abandonam os estudos, o que a longo prazo poderia trazer a possibilidade de trabalhos com melhores condições. O resultado disso é o inchaço do mercado de trabalho, a desvalorização da mão-de-obra juvenil, trabalhos extremamente precários e um jovem que vai moldando uma nova identidade.

Une-se a isso os tempos de não-política que passamos. A falta de acesso aos mecanismos de participação e a disponibilidade de uma estrutura que dê condições para esse jovem se expressar, ter espaço para ser ouvido, é quase nula. A distância dos jovens da política aparece na impossibilidade de escolha sobre seu próprio destino, ou de alternativas extremamente restritas.

Território e Identidade Juvenil

Em um segundo momento será abordada a identidade e a organização juvenis em sua relação com a noção de território, no intuito de apontar para a influência do lugar de origem ou do local de moradia como elemento constituinte da identidade do jovem.

Como noção de território, busca-se a idéia da cidade como centro de produção e de consumo, forma de ordenação do espaço pelo homem; ou seja, como espaço construído socialmente. É no espaço urbano que o cidadão constrói e se apropria do espaço e do mundo (MATTO-SO, 2010), é onde se dá a produção e reprodução das relações sociais, que são determinadas pela dinâmica do capital, mais especificamente, pela mercadoria.

Articulada à noção de espaço, há a dimensão temporal, sendo o espaço constituído por diferentes períodos que coexistem e que, ao mesmo tempo que apontam para a trajetória da sociedade, explicam fenômenos do presente. O território, então, é formado pelas ações passadas e pelas ações presentes (MATTOSO, 2010).

Nesse sentido, a cidade aparece historicamente como produtora de pobreza, na qual os pobres se encontram segregados no binômio centro-periferia (FRAGA, 2008). A posição financeira do indivíduo define os recursos a que terá acesso na rede urbana, sendo os pobres de recursos “prisioneiros do lugar” (MATTOSO, 2010, p. 36). À desigualdade gerada pelo modelo econômico, soma-se a desigualdade territorial.

A segregação urbana ou ambiental é uma das faces mais importantes da desigualdade social e parte promotora da mesma. À dificuldade de acesso aos serviços e infra-estrutura urbanos (transporte precário, saneamento deficiente, drenagem inexistente, dificuldade de abastecimento, difícil acesso aos serviços de educação, saúde, creches, maior exposição à ocorrência de enchentes e desmoronamentos, etc) somam-se menos oportunidades de emprego (particularmente de emprego formal), menos oportunidades de profissionalização, maior exposição à violência (marginal ou policial), discriminação racial, contra mulheres e crianças, difícil acesso à justiça oficial, difícil acesso ao lazer. (MARICATO, 2003, p.152).

Assim, como afirma Mattoso (2010), “as desigualdades se concretizam nas condições de vida dos lugares”, no acesso aos equipamentos sociais, nas condições sanitárias, no acesso ao esporte e lazer. Por isso a importância de se discutir a territorialização, as formas de apropriação do lugar pelas pessoas, as relações que estão presentes, inclusive as relações entre os moradores, entre moradores e Estado, as possibilidades de circular pela cidade, enfim.

Com as modificações que a sociedade sofre a partir das novas dinâmicas econômicas (novos padrões de acumulação), há uma reorganização do espaço, uma resignificação da cidade que gera fragmentação e desarticulação. Tem-se uma cultura do consumismo, do individualismo, onde as pessoas estão cada vez mais dispersas, sem contato umas com as outras, o que reflete na dinâmica do território. “Esvazia-se o sentido de lugar habitado, de cenário da vida cotidiana, de repositório de memórias espaciais dos sujeitos” e ocorre o “estranhamento do cidadão à cidade” (MATTOSO, 2010, p.39).

Isso mostra que a construção da identidade está diretamente ligada à relação entre cidadão/cidade e ao sentimento de pertencimento do lugar. Ressalte-se que as relações entre indivíduos também são fatores que geram o sentimento de pertencer ao lugar, em que os sujeitos, “pelo fato de habitarem o mesmo espaço estabelecem entre si um vínculo que os identifica como portadores das mesmas condições de vida” (MATTOSO, 2010, p. 40). Ao se relacionarem, ao ocupar o mesmo lugar e ter experiências, condições comuns, os indivíduos se reconhecem.

É a partir do reconhecimento “do outro”, da identificação de experiências comuns de privação, humilhação, exploração e ressentimento, que é possível a constituição de uma identidade forjada e criada no plano da vida num determinado lugar da cidade. A identificação assim concebida cria o sentido de “pertencer a um lugar e a um grupo”, além de produzir laços de solidariedade (MATTOSO, 2010, p. 41).

Assim, o território para o jovem é um fator agregador, que traz sentido de pertencimento, onde ele se identifica com outros indivíduos que possuem experiências comuns às suas. Em grande parte dos atos analisados através dos atos de representação, foi possível notar que, quando estavam acompanhados, na maior parte das vezes o companheiro era do mesmo bairro ou região, principalmente nos atos cometidos em grupo.

Faz-se necessário o direito à cidade, como forma de restabelecer as relações sociais e ampliá-las para que superem o seu território. Por isso, também, a necessidade de circular e se apropriar da cidade. E com o jovem não poderia ser diferente. Também cria sua identidade com os grupos e com o seu local de moradia, de origem – que é o lugar em tese conhecido, explorado, apropriado, apesar de não ultrapassar esses limites. Também sofre com a falta de acesso, a dificuldade de circular, de se apropriar do território, principalmente no que diz respeito aos jovens das periferias, que, além do peso simbólico que essa condição carrega, trazem a exclusão – cultural, econômica e política – contida nas condições de vida dessas regiões.

Gangues, Práticas Violentas e Juventude

Após traçar o perfil da juventude e dos elementos que envolvem suas formas de identificação, apresenta-se a discussão das gangues como formas de organizações juvenis. É levantado o tema da violência, que tem sido uma preocupação permanente do governo e pauta de inúmeras notícias e discussões acadêmicas, principalmente quando o público jovem está envolvido.

Quiroga (1997), ao trabalhar a estrutura das gangues norte-americanas, faz um paralelo com as gangues juvenis brasileiras. Em primeiro lugar, ela afirma que o princípio unificador das gangues é o território, o que confirma a tese de que existe uma relação entre o local de moradia e as identidades que se criam a partir dele.

Em segundo lugar, considera que as organizações juvenis violentas se constroem principalmente a partir da exclusão, da desordem social, da segregação, representando um processo de crise social. Não há mais o sentimento de pertencimento, de identidade coletiva do lugar e dos moradores, o que vai ser a base estruturante das “galeras” e das gangues. Estas são constituídas a partir de determinantes externos e não internos aos jovens, ou seja, a questão não está na natureza violenta dessa faixa etária. Percebemos, então, que as gangues são construídas socialmente, sendo a violência um efeito e não uma causa.

Também segundo a autora,

Em sua organização, as gangues se caracterizam por rituais de entrada e permanência, pela presença em atividades delinquentes organizadas, pelo constante acionamento de mecanismos de solidariedade interna e por uma socialização marcada pelo uso da força e da violência tanto no controle de seus membros participantes como em suas relações externas. As gangues criariam assim, regras de engajamento e fidelidade, segredos e hierarquias necessários a uma socialização guerreira onde as dimensões de “defesa e ataque” e as possibilidades do uso da violência estariam sempre presentes em seus horizontes de organização e ação.

Esse conceito mostra que as gangues se caracterizam por uma organização complexa, que envolve um sentimento forte de identidade, de fidelidade e solidariedade entre os grupos, regido por regras próprias e hierarquias. É nesse sentido que questiona-se a caracterização dos grupos jovens que cometem os atos infracionais em Juiz de fora como gangues, por não apresentarem as características apontadas por Quiroga.

Muito ligada à idéia de que as gangues estão por toda parte é a idéia de que os jovens estão cada vez mais violentos. Em primeiro lugar, como afirma Wieviorka (2007), a falta de estrutura de um espaço, pautado pelo conflito, que possibilite a expressão das demandas dos atores, faz com que abra espaço para a violência como forma de expressão e reivindicação. Sendo assim, “a violência é o contrário do conflito ins-

titucionalizável, ela traduz a existência de problemas sociais que não são transformados em debates e em conflitos de sociedade” (WIEVIORKA, 2007, p.1150). É possível explicar, então, a violência, inclusive do jovem, como tentativa de dar visibilidade às condições de vida de uma população sem voz.

Em segundo lugar, em contraposição à ideia tão disseminada de que os jovens são os responsáveis pelo aumento da violência atual, Adorno (2002) questiona que muitos pensam nos jovens como autores, mas não os pensam como vítimas da violência. Uma pesquisa realizada em 1990 pelo Núcleo de Estudo da Violência detectou que, dentre as mortes de crianças e adolescentes em São Paulo, 80% das vítimas se concentravam na faixa de 15 a 17 anos (apud ADORNO, 2002). Ao comparar resultados de 1980 e 1990, percebe-se um aumento do número das mortes por causas violentas e um aumento considerável destes entre os adolescentes.

Sérgio Adorno faz uma relação entre território e atos infracionais em São Paulo. Ele divide a cidade em três áreas de risco de violência para os jovens: as de menor risco se situam na área central, as regiões de médio risco situam-se em torno destas e tem menos proteção, e as regiões periféricas se caracterizam por áreas de alto risco. Conclui, “as taxas de mortalidade variam segundo as condições de vida e segundo a qualidade do bairro em que se mora”, levando a crer que “do ponto de vista da segurança, os cidadãos também não são iguais, alguns estão mais expostos à violência do que outros” (ADORNO, 2002, p. 106).

Em outro momento, o autor questiona a situação dos jovens que de fato são violentos, recorrendo novamente a uma pesquisa junto à vara da Infância e Juventude de São Paulo realizada entre os anos de 1988 e 1991 (apud ADORNO, 2002). Verifica que houve um aumento dos crimes violentos (mediante grave ameaça à sobrevivência do indivíduo), mas que este aumento não se deu em relação aos jovens, como acredita-se. A maioria dos atos infracionais cometidos por adolescentes são furtos, que são atos não-violentos.

A pesquisa realizada em Juiz de Fora também comprova esses dados, já que o furto aparece em terceiro lugar dentre os atos mais cometidos, enquanto os atos violentos são cometidos em grau bem menor. Segundo o autor, “quando comparo as atitudes do jovem como agressor e o jovem como vítima, sou levado pelas estatísticas a verificar que ambos os problemas são graves; todavia, o jovem que é vítima revela uma situação muito mais grave do que aquele que está cometendo um ato infracional” (ADORNO, 2002). Ao comparar a média diária de homicídios cometidos por

jovens com a taxa média de jovens vítimas, encontramos que para cada três vítimas consumadas, temos um homicídio cometido por jovens.

A Necessidade de um Olhar Especial para o Jovem

Para tratar do jovem, em primeiro lugar, é preciso conhecer de quem se fala, em que condições ele vive, quais seus anseios, em que estrutura ele se formou como sujeito e que estruturas ele tem disponível para se desenvolver enquanto individualidade. Nos casos de atos infracionais, apesar da presença de jovens das classes médias, é perceptível que a maioria se concentra entre os jovens pobres, o que levanta o debate sobre os elementos que levam ao crime, à infração, à violação das regras. Já de início percebemos que a condição social, econômica, territorial, cultural, enfim, incidem diretamente nas possíveis explicações para as manifestações de violência que culminam nas infrações.

É preciso cuidado ao falar dos jovens infratores como instintivamente violentos, pois a violência nesse caso não se apresenta como causa, mas como consequência. Os jovens não são o foco da violência, mas se envolvem com ela a partir do momento em que suas opções de escolha são cada vez mais restritas, e aí passam a fazer parte desse ciclo. Tudo isso se enquadra em um discurso que defende que não existem problemas na sociedade, ela está na mais pura ordem, o que acontece é que existem pessoas que não se adaptam – os infratores, por exemplo. Nessa mesma linha, a pobreza e as desigualdades são fenômenos anormais, quando sabemos que na verdade, é inerente à atual estrutura e só têm aumentado.

Ao relacionar indistintamente a ideia de gangues e de grupos jovens violentos, age-se de forma a criminalizar a juventude. Busca-se argumentar que, se existem gangues organizadas e envolvidas com a rede de tráfico e o crime organizado, estas não é maioria. A grande parte dos grupos juvenis tem como ponto de convergência e de identidade o elemento do território, sem maiores envolvimentos com o crime e o tráfico. Mesmo que estejam presentes práticas violentas nesses grupos, não há uma relação direta destes com níveis mais complexos de organização e criminalidade.

O caminho proposto não é o de desresponsabilizar ou ignorar os atos violentos cometidos por nenhum dos dois grupos, mas apontar que há grande distância entre um e outro, e essa distinção é definitiva na formação da imagem que se cria do jovem violento. E sem conhecer as peculiaridades dessas formações, não há como ter

uma intervenção eficaz na prevenção da violência e da criminalidade na faixa juvenil. As ideias do senso comum também concorrem para encobrir a realidade de violência sofrida por esse público, que tem sido alvo de políticas mais repressoras do que protetivas.

O que se pode apontar é que as brigas entre grupos juvenis, incluindo aqueles atos infracionais cometidos em grupo detectados na pesquisa em Juiz de Fora, possivelmente são reflexo de uma territorialização que limita a identidade desses jovens ao seu bairro, pois que não circulam pela cidade e não se sentem pertencentes aos outros lugares senão ao de sua origem. Em Juiz de Fora é possível perceber que as brigas entre grupos juvenis são, em sua maioria, motivados pelas rivalidades entre bairros. Dessa forma, não importa quem é o indivíduo, mas se é morador de determinado bairro, o que por si só é motivo para desentendimentos.

É nesse sentido que são destacadas a dinâmica do território e as formas de pertencimento, organização e identidade juvenis para tentar explicar as frequentes brigas entre grupos jovens, ressaltando que não há uma ligação direta entre ser jovem pobre, ser violento e estar organizado em uma rede complexa de gangues.

Referências Bibliográficas

- ADORNO, S. **Adolescente, crime e violência**. ABRAMO, H. W.; FREITAS, M. V.; SPOSITO, M. P. (Orgs.). Juventude em debate. Editora Cortez: São Paulo, 2ª edição, 2002.
- CASSAB, C. **(Re) Construir utopias: jovem, cidade e política**. Tese de doutorado em geografia. Universidade Federal Fluminense; Niterói: [s. n.] 2009. 228 f.
- FRAGA, P. C. P. **Juventude, Periferia e Experiência Social**. In: Periferia: para além da violência, ano 3, n. 9, maio/2008. Disponível em: www.koinonia.org.br/tpdigital/detalhes.asp?cod_artigo=186&cod_boletim=10&tipo=artigo
- MARICATO, E. **Metrópole, legislação e desigualdade**. Estudos avançados. São Paulo: v.17, n.48, maio/ago. 2003.
- MATTOSO, F. **Dinâmicas Sócio-espaciais e as experiências dos jovens na cidade desigual**. Dissertação de mestrado em Serviço Social. Universidade Federal de Juiz de Fora; Juiz de Fora: 2010. 120f.
- QUIROGA, A. M. **Juventude urbana pobre: manifestações Públicas e leituras sociais**. Mimeo, 1997.
- WIEVIORKA, Michel. **Ciência e Saúde Coletiva. Violência Hoje**. 2007.